

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO No 10680/011.293/92-85

JMF

Sessão de 17 de junho de 1994

ACORDAO No 102-29.145

Recurso No.: 76.788 - IRF - ANO: 1991

Recorrente : POSTO GAROTO LTDA

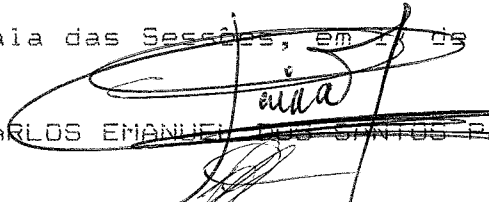
Recorrida : DRF - CONTAGEM - MG

DIRF - MULTA - DEVER DE INFORMAR - A pessoa jurídica, inclusive a MICROEMPRESA, que negar ou se omitir de informar à Receita Federal os rendimentos pagos ou creditados no ano anterior, é passível de penalidade nos termos da legislação de regência.

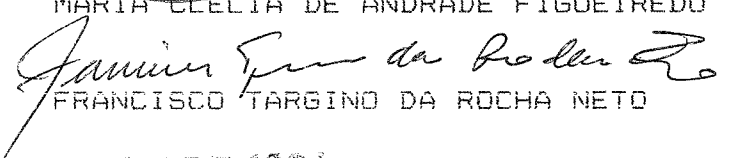
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por POSTO GAROTO LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidos os Conselheiros Júlio César Gomes da Silva e Waldervan Alves de Oliveira.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1994


CARLOS EMANUEL DOS SANTOS PAIVA - PRESIDENTE

MARIA CECILIA DE ANDRADE FIGUEIREDO - RELATORA


VISTO EM SESSÃO DE: FRANCISCO TARGINO DA ROCHA NETO - PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

16 SET 1994

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: Regina Junqueira Monteiro de Barros e Ursula Hansen. Ausente justificadamente o Conselheiro Francisco de Paula Correa Carneiro Giffoni.

SERVICO PUBLICO FEDERAL

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº 10680/011.293/92-85

RECURSO Nº.: 76.788

ACORDAO Nº.: 102-29.145

RECORRENTE : POSTO GAROTO LTDA

R E L A T O R I O

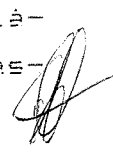
POSTO GAROTO LTDA, jurisdicionada pela DRF em CONTAGEM - MG, foi notificada da exigência tributária relativa a multa pela entrega fora do prazo da DIRF/92.

Inconformada, a interessada impugnou, tempestivamente, a exigência fiscal, requerendo o cancelamento da Notificação, utilizando em sua defesa, as alegações, em síntese:

- Que não cabe a aplicação da multa objeto do litígio, face a utilização da Denúncia Espontânea, amparada no artigo 138 do Código Tributário Nacional e na Ementa do Acórdão Nº 106-4.298, da Sexta Câmara deste Conselho, publicada no D.O.U. em 20.07.92.

A decisão de Primeiro Grau, utiliza como fundamentação legal para a cobrança da multa da DIRF, o artigo 10 do Decreto Lei Nº 2.065/83, parágrafos 2º, 3º e 4º, combinado com o artigo 5º, parágrafo 3º do Decreto Lei Nº 2.124, este último, em seu caput delegou competência ao Ministro da Fazenda para eliminar ou instituir obrigações acessórias, tal competência foi subdelegada ao Secretário da Receita Federal através da Portaria MF Nº 118/84, item I e IN SRF Nº 158/87.

Nas razões de decidir da autoridade "a quo" o entendimento é de que o pagamento espontâneo da obrigação tributária principal, a destempo, não exclui a responsabilidade do contribuinte inadimplente, de efetuar o pagamento acompanhado dos respectivos acréscimos legais. Aduz, que uma vez satisfeita a obrigação tributária acessória, converte-se em obrigação principal no que tange à penalidade pecuniária, com fulcro no artigo 113, parágrafo 3º, do CTN, sendo que, o nas-



SERVICO PUBLICO FEDERAL

MINISTERIO DA FAZENDA

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO No. 10680/011.293/92-85

ACORDAO No. 102-29.145

cimento dessa obrigação gera um crédito tributário que deve ser satisfeito, do contrário, não haveria razão de existir o dispositivo legal mencionado, que instituiu a multa pelo atraso no cumprimento da obrigação acessória. Por tais razões, manteve a Notificação do Lançamento.

Ao tomar ciência da decisão de Primeira Instância, a contribuinte apresentou recurso voluntário a este Colegiado.

Recurso lido na íntegra em sessão.

E o relatório.

MINISTERIO DA FAZENDA

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. 10680/011.293/92-85

ACORDAO Nº. 102-29.145

V O I O

Conseheira Maria Cileia de Andrade Figueiredo, Relatora:

O recurso está revestido de todas as formalidades legais.

Discute-se nos autos a aplicação de penalidade prevista para os casos de entrega de DIRF fora do prazo estabelecido, conforme Notificação de Lançamento.

IN CASU, tanto na peça impugnatória quanto no presente recurso, o contribuinte alega como principal âncora de defesa, que fez uso do Instituto da Denúncia Espontânea, com respaldo no artigo 138 do Código Tributário Nacional:

"A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa da apuração".

Relata, que fato semelhante ocorreu com as empresas sediadas em Belo Horizonte e que o Delegado daquela repartição aceitou o fato normalmente. Transcreve a Ementa do Acórdão da Sexta Câmara deste Conselho, cujo relator foi o Conselheiro José do Nascimento Dias:

"IRPJ - PENALIDADE - MULTA - APRESENTAÇÃO DA DIRF - Inaplicável a multa por atraso na apresentação da DIRF, quando o contribuinte formaliza uma auto denúncia, identificando a infração cometida e regulariza sua situação fiscal".



MINISTERIO DA FAZENDA

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. 10680/011.293/92-85

ACORDAO Nº. 102-29.143

Após deliberação da documentação que compõe o processo, verifica-se que o contribuinte alega ter utilizado a auto-denúncia relativa a DIRF/92.

O Acórdão que o contribuinte invoca em seu auxílio, da lavra do Conselheiro da Sexta Câmara deste Colegiado, de fato vem de encontro a sua tese de que ocorreu, no caso, a denúncia espontânea da infração, a qual não deveria render ensejo à aplicação da penalidade.

Com a devida vênia, discordo das considerações do Ilustre relator do Acórdão que embasa a defesa do recorrente; entendo que mesmo no caso do sujeito passivo ter se antecipado a cobrança do imposto, o não cumprimento da obrigação acessória, no prazo marcado, sujeita o contribuinte à penalidade aplicada.

Esse entendimento também é aplicável à Microempresa, vez que ela não está desobrigada da entrega da DIRF anual, que contém o imposto sobre a renda retido na fonte de seus empregados ou, de terceiros a quem pagou rendimentos tributáveis.

Nessa linha de entendimento, sou obrigada a reconhecer que a razão pendente para o fisco, pois na ausência do mecanismo de cobrança legal aplicável aos casos de espécie, a norma jurídica não encontra justificativa para sua existência.

Assim sendo, não se opera a denúncia espontânea no caso do não cumprimento dos prazos fixados para a prestação de informações ao fisco.

Em face do exposto, oriento o meu voto no sentido de negar provimento ao recurso.

Brasília - DF, 17 de Junho de 1994

Maria Clélia de Andrade Figueiredo - Relatora